

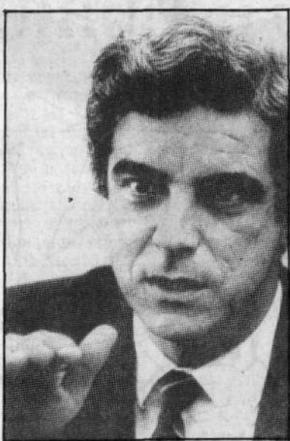
Mandato de cinco anos poderá ter até 60 votos

BRASÍLIA — Depois de ser informado ontem à tarde de que poderá contar com até 60 votos favoráveis ao mandato de cinco anos na Comissão de Sistematização, o Presidente José Sarney ficou mais estimulado para anunciar o mais rápido possível um novo programa de Governo, que está elaborando pessoalmente. O Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse que Sarney deseja começar a executar esse programa imediatamente.

Será um projeto corajoso, vinculado aos interesses nacionais e sintonizado com os problemas do País. O Presidente está profundamente envolvido e obstinado nisso — afirmou o Ministro.

Costa Couto acrescentou que será um programa geral, que incluirá todas as decisões necessárias para o País nesse momento de dificuldades, para atender aos setores social, econômico e político. Na área econômica, as autoridades já estão estudando fórmulas para conter o índice inflacionário e elaborar medidas para reduzir o déficit público.

Os assessores do Presidente — que foi homenageado ontem à noite pelos Ministros militares com um jantar — estavam otimistas quanto à votação, neste fim de semana, da duração do mandato e da fixação da data de implantação do parlamentarismo. Pelas avaliações do Palácio do Planalto, vários parlamentaristas votarão a favor dos cinco anos. Sarney continuou seus contatos telefônicos e pessoais com parlamentares. O mes-



Costa Couto confia na aprovação

mo foi feito por Costa Couto.

O Ministro negou qualquer articulação do Governo para adiar a votação. No início da noite, ele recebeu o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que lhe informou que o calendário seria seguido. A hipótese de uma Comissão deixar de votar as matérias foi especulada em função, segundo o Ministro, da emenda do Deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) suprimindo esses temas do capítulo das Disposições Transitórias.

Se a Comissão aprovar o mandato de

quatro anos, Sarney terá que fazer um acordo com as lideranças políticas em torno do sistema de governo e da duração do mandato presidencial. Esta é a expectativa de um grupo de parlamentares — os Deputados João Hermann (PMDB-SP), Arthur da Távola (PMDB-RJ), Antônio Mariz (PMDB-PB) e Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) e pelo Senador Nelson Wedekin (PMDB-SC) — que levou a proposta ao Presidente na noite de quinta-feira. Embora Sarney não tenha se manifestado de maneira enfática sobre a sugestão, o grupo deixou o Palácio da Alvorada com esperança de que ele no futuro concorde com a idéia.

Como porta-voz do grupo, Hermann apresentou a proposta com o argumento de que o Presidente não pode ficar de fora de um entendimento sobre o mandato e o sistema de governo.

A reunião foi sugerida pela filha do Presidente, Roseana, que só fez uma exigência: as questões do mandato e do sistema de governo não seriam abordadas. Mas o compromisso foi quebrado por Hermann. O Presidente e os parlamentares analisaram a crise econômica e as dificuldades do Governo. Esta foi a deixa aproveitada por Hermann para abordar a questão do mandato. O Deputado disse ao Presidente que ele não teria chance de promover o desenvolvimento do País, em face da crise, e deveria se concentrar na condução da transição política.

Sarney quer sugestões para crise, e não críticas

BRASÍLIA — “Mesmo que o navio esteja afundando, não fique gritando que o navio está afundando; procure o caminho por onde você pode se salvar”. Com esta citação de Franklin Roosevelt, o Presidente José Sarney voltou a condenar, ontem, no programa “Conversa ao pé do rádio”, o pessimismo diante da crise.

Sarney disse que, apesar de o Governo ter notícias animadoras — como a da safra recorde da agricultura —, “os pessimistas gostam de ficar

dando más notícias”. Sarney afirmou que o País tem muitas saídas para a crise e que há exageros nas críticas ao Governo e nas afirmações de que não há solução à vista.

O Presidente enumerou uma série de medidas, como o açude Edson Queiroz, no Ceará, e a média de produção de grãos nas áreas irrigadas do Nordeste. Sem qualquer referência ao momento político, reportou-se ao novo campo de produção de pe-

tróleo na Bacia de Campos, que, dentro de um ano e meio, passará a produzir mais 50 mil barris/dia. E reclamou que “em qualquer país do mundo, 50 mil barris de petróleo a mais por dia seriam um sinal de vitalidade econômica”.

Sarney lembrou ainda o decreto que assegura isenções legais a mais de 70 por cento das pequenas e médias empresas e o programa habitacional para as classes de baixa renda, lançado em Minas.

Líder tem três caminhos para aprovar mandato

BRASÍLIA — A estratégia do Governo para assegurar cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney passa por três hipóteses, examinadas ontem à noite pelo Líder Carlos Sant'Anna: aprovar qualquer das dez emendas supressivas do artigo quinto das disposições transitórias, que define em seis anos o mandato; aprovar emenda do Deputado José Eymael (PDC-SP), que restabelece, para o artigo, o texto do projeto inicial de Bernardo Cabral, definindo o mandato como de cinco anos; ou recorrer à emenda do Deputado José Egreja (PTB-SP), que marca o fim do mandato para 31 de dezembro de 1989.

Segundo Sant'Anna, qualquer das emendas supressivas que for aprovada restabelecerá automaticamente o texto do projeto inicial. Por isso, mostrou-se tranquilo ao verificar que na planilha distribuída ontem pela Mesa não havia nenhuma emenda específica estabelecendo cinco anos de mandato.

Numa reunião hoje com todas as lideranças para escolher as emendas preferenciais de votação, Sant'Anna levará a sua primeira opção, a emenda de Eymael. O fato desta emenda não constar da planilha, não representa problema para o Governo. Se-



Sant'Anna prefere emenda Eymael

gundo o Líder, “o jogo é limpo”. Ele não acredita que as demais lideranças virão a criar dificuldades.

A falta de emendas específicas para os cinco anos de mandato é resultado do fato de tanto o projeto inicial quanto o primeiro substitutivo de Cabral terem estipulado este período

para o presidente Sarney. As emendas existentes variam desde 15 de março do próximo ano até 31 de dezembro de 1989, para o término do mandato.

Os adeptos dos quatro anos para Sarney tem mais opções do que Sant'Anna: existem 14 emendas neste sentido à sua escolha. Ontem, o líder do PMDB, Mario Covas, explicou que a estratégia dos quatro anos em plenário ainda não estava definida, mas confessou que gostaria de ver votada a emenda popular por ele patrocinada.

A estratégia dos parlamentaristas defensores de quatro anos para Sarney incluirá a luta pela manutenção do artigo segundo das Disposições Transitórias, que prevê a implantação imediata do novo sistema de governo. Do outro lado, Sant'Anna ainda não definiu a conduta de seu grupo diante deste dispositivo, pois ainda acreditava na possibilidade de um acordo em torno do mandato envolvendo a implantação do parlamentarismo. Se não houver este acordo, confessa que não se importará muito com a questão.

— Sistema de governo é um campo muito minado aqui dentro da sistematização. É 57 contra 36.

Pefelistas preparam manifesto por eleições gerais

BRASÍLIA — O Presidente do PFL, Senador Marco Maciel (PE), está evitando exercer qualquer tipo de influência sobre os votos da bancada, na Sistematização, quanto ao mandato do Presidente Sarney. No entanto, poderá fazê-lo, discretamente, neste fim de semana, a pedido de membros do próprio partido. O Líder no Senado, Carlos Chiarelli (RS), articula, por exemplo, um manifesto por eleições gerais em 88, contrariando o Líder na Câmara, José Lourenço (BA), empenhado pelos cinco anos de mandato. Ontem à noite, o documento contava com 20 assinaturas, inclusive as dos Deputados Jaime Santana (PFL-MA) e Alceni Guerra (PFL-PR).

Ontem, quando calculavam um mínimo de cinco e um máximo de seis votos para o mandato de quatro anos, entre os pefelistas da Comissão de Sistematização, os defensores desta tese conservavam um temor: o de que Lourenço tente substituir parlamentares que apóiam os quatro anos por suplentes de sua confiança. Ele já tentou manobra semelhante quando o sistema de governo esteve em votação, mas não encontrou respaldo no Presidente da Constituinte. Há, agora, a preocupação de que tente substituir apenas membros não natos da Sistematização — aqueles que não foram Presidentes nem Relatores de subcomissões e comissões temáticas.

Esta possibilidade estaria levando alguns pefelistas a ocultarem sua verdadeira opção. Até à noite de ontem, a única certeza que permeava os cálculos feitos nos gabinetes e no plenário, era que o mandato de quatro anos para o Presidente Sarney será decidido por estreita margem de votos: no máximo 29 do PMDB, 11 dos pequenos partidos e sete levantados com dificuldade no PFL — onde são dados como certos somente os do Senador Carlos Chiarelli e dos Deputados Alceni Guerra, Francisco Dornelles (RJ) e Sandra Cavalcanti (RJ) que, segundo colegas, também admite os seis anos com parlamentarismo, e Mendes Thame (SP), que apóia eleições gerais em 88.

Pelas contas dos aliados do Presidente, é preciso mudar apenas dois votos

BRASÍLIA — Para os defensores do mandato de cinco anos para Sarney, será preciso mudar pelo menos dois dos quatro votos que hoje se inclinam pela redução do mandato. O grupo dos cinco anos conta hoje com 29 votos do PMDB, 11 dos pequenos partidos e cinco do PFL. No PMDB, desenvolveu-se durante a sessão da tarde um esforço para atrair os Deputados Francisco Pinto (BA) e Osvaldo Lima Filho (PE). No PFL, foram visados o Senador Afonso Arinos (RJ) e o Deputado José Lins (CE). As conversas avançaram pela noite e continuam hoje.

A reunião que alguns líderes pemedebistas tiveram de manhã com o Ministro Costa Couto no gabinete de Fernando Henrique Cardoso foi infrutífera. Um grupo de parlamentaristas tentou convencer o Ministro de que o Governo não podia abraçar apenas metade de sua tese, propondo os cinco anos com parlamentarismo na Sistematização para depois derrubar este sistema no plenário da Constituinte. Um dos mais duros neste encontro foi Fernando Henrique:

— Aqui ninguém nasceu ontem. O que o Governo está querendo é dar um golpe na Constituinte e, se dependesse dele, a Constituinte não trataria de mais nada que não fosse o mandato do Presidente e o sistema de governo.

O Senador José Richa

usou o mesmo tom, lembrando que na Comissão muitas arestas foram aparadas e o confronto real se deu mesmo com o Palácio do Planalto:

— O Governo resolveu jogar duro e isto impossibilita qualquer entendimento. Vamos para a disputa agora. Depois, no plenário, podemos evitar esta queda de braço. Será melhor para a transição.

O entendimento posterior, no plenário, já vem sendo tentado. Acredita-se no PMDB que, nesta segunda fase, quando votam os 559 constituintes, o jogo de pressões será tão grande que só se evitará uma crise profunda se houver entendimento com o Planalto.

Esta análise parte do pressuposto de que a Sistematização aprovará os cinco anos — o que é reconhecido até por Fernando Henrique e José Richa — com parlamentarismo. No plenário, o jogo de forças sociais e dos candidatos potenciais à Presidência derubará o parlamentarismo, abrindo caminho para as diretas em 88.

Ao reconhecer que a tese de cinco anos é majoritária, Fernando Henrique afirmou que sua aprovação só aumentará a crise política, pois o diálogo do Governo com os constituintes vai piorar. Irritado, ele até torce para que, não sendo aprovado os quatro anos, sejam mantidos os seis anos previstos no substitutivo.